

TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: O ESTADO DO CEARÁ/BRASIL NO SÉCULO XVIII

Teoría, historia y metodología de la Geografía
Ana Maria de Albuquerque
Universidade de São Paulo
anadealbuquerque@usp.br

Este trabalho tem como principal objeto de análise a formação territorial do Ceará do estabelecimento das políticas pombalinas do Estado Português à consolidação do projeto de centralização do Estado territorial monárquico. Investigação que atravessa os anos de 1750 a 1850, no qual se apresenta a colonização dos sertões das capitanias do Norte do Brasil. Esse movimento de expropriação das terras indígenas e estabelecimento das fazendas de criação de gado, atividade subsidiária à economia açucareira em pleno vapor no litoral, a partir das cartas de doações das sesmarias promoveram impactos relevantes sobre a estrutura fundiária do país. A expansão de forma violenta das suas fronteiras que avançou em direção a esses fundos territoriais – áreas ainda não apropriadas pelos fluxos econômicos – e a configuração desse território, chamado Ceará, apresentaram particularidades compreendidas no âmbito da região de agricultura mercantil-escravista, a partir da acumulação primitiva de capitais. Como resultado inicial da pesquisa apresentam-se os cinquenta anos de colonização desse território à luz da Geografia Histórica do Capitalismo, que nos possibilitou dialetizar a formação territorial do Ceará, inventariar as disputas pela posse das terras, e a autonomização das capitanias do Norte subordinadas a capitania de Pernambuco, de modo que cartografias históricas, cartas régias e as políticas administrativas do período foram analisadas.

Palavras-Chave: Território de Resistência, Ceará, Geografia Histórica do Capitalismo, Disputas Territoriais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende debater a formação territorial do Ceará à luz da Geografia Histórica, que para Antonio Carlos Robert Moraes (2002, p. 11) *está dedicada à análise dos processos de formação dos territórios*. Assim, no primeiro ano de pesquisa os esforços concentraram-se em investigar um período pouco retratado nos trabalhos dos geógrafos, procurando suscitar um debate a ser realizado pela historiografia, pela Geografia Histórica, em que a maioria das análises a respeito do Ceará e aqui se enfoca o processo de formação territorial, versão sobre o século XIX.

Em trabalho posterior ao já citado Moraes (2005, p. 116) discorrendo sobre a formação territorial do Brasil afirma que *a história da formação das fronteiras internas do Brasil ainda tem muito para revelar acerca da particularidade de nossa formação*. Logo, é essa particularidade, essas geografias que atuam no processo de formação do território que conhecemos como Ceará, que se pretende dialetizar.

É a partir dessas questões da formação desse território chamado Brasil, de histórias sobre o Norte (posteriormente chamado de Nordeste) e suas relações com o Sul, demarcação de fronteiras internas e limites com outras províncias onde emerge o enfoque desta pesquisa, o Ceará.

O NORTE AÇUCAREIRO

A ocupação das terras sul-americanas ocorreu no início do século XVI, quando registraram-se algumas expedições exploradoras e visitas para a realização do escambo com os indígenas; todavia a Coroa Portuguesa percebeu a necessidade de uma ocupação permanente nessas terras, desde às constantes visitas de navios franceses à sua costa, sendo que uma saída proposta foi a introdução do sistema de capitania hereditárias.

A experiência insular de ocupação através da criação de lavouras de gêneros tropicais foi utilizada pelos donatários nas terras sul-americanas, em um processo violento de expropriação de terras, de extermínio e de aprisionamento de indígenas, a favor do plantio de cana-de-açúcar, que se espalhou em parte financiado pelo capital estrangeiro, destinando-se o açúcar produzido ao abastecimento do mercado externo. O professor Manoel Correia de Andrade (2004) sobre a ocupação pela produção açucareira comenta:

(...) o processo de ocupação liderado pela produção açucareira foi um empreendimento inteiramente capitalista, de vez que, pela primeira vez, se fazia investimentos maciços de capitais na agricultura e se voltava à economia agrícola para o mercado. (...). Daí admitirmos, como Caio Prado Júnior, não se pode aceitar que o Brasil tenha tido, no período colonial, um modo de produção feudal do tipo Europeu, mas uma formação econômico-social capitalista que procurava maximizar a acumulação primitiva, destruindo a natureza, escravizando e dizimando as tribos indígenas e desenvolvendo o tráfico de escravos, o tráfico tinha grande importância econômica, sendo um dos mais importantes negócios da elite colonial, por isso ele seria mantido até os meados do século XIX (ANDRADE, 2004, p. 32 e 33).

Conforme Karl Marx (2013, p. 786) *A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção*. E como bem apontou Andrade (2004) em sua exposição, constata-se que *os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos* (Marx, 2013, p. 786).

Desse modo, para reaver mais rapidamente os altos capitais – empregados nas áreas de engenho para cultivar a cana-de-açúcar e produzir o açúcar – observa-se uma forma de acumulação primitiva que estimula o comércio e a entrada na América Portuguesa de escravizados negros do continente africano, além do aprisionamento dos indígenas submetidos também à escravidão. Estes últimos, com o auxílio de missionários, foram reunidos em aldeamentos localizados em pontos estratégicos para futuro recrutamento aos postos de trabalho, um movimento que também importou animais de tração da Europa para auxiliar no transporte das cargas, das mercadorias produzidas até os portos e regiões consumidoras vizinhas, estimulando a destruição de florestas e a concentração de terras nas mãos de alguns proprietários, representantes dos interesses da Coroa portuguesa.

Como afirma Mattos (1994):

(...) A colonização implicava a intervenção direta no âmbito da produção, e a grande lavoura da cana-de-açúcar seria sua primeira efetivação; uma produção subordinada aos interesses mercantis, uma estrutura de produção que conferia o sentido da colonização (MATTOS, 1994, p. 19).

A respeito dos engenhos e as relações de trabalho argumenta Moraes (2000):

Pode-se dizer que o engenho era o empreendimento mais complexo quanto à maquinaria e a organização funcional existente na América de então; era uma *manufatura*, com a divisão do trabalho, instrumentos especializados, linha de montagem, supervisores e etc. Tratava-se, assim, de “verdadeira empresa capitalista” cuja implantação supunha “uma indústria controlada por proprietários de grande poder financeiro. Isso fica mais evidente quando se avalia que não

bastavam as instalações (em si já custosas) sem os braços para impulsionar a produção. E o trabalho empregado aqui foi basicamente o do escravo africano, o que elevava significativamente o capital necessário para iniciar as operações. Além da escravaria deve-se adicionar a necessidade de algum pessoal especializado, raro e bem remunerado na colônia. (MORAES, 2000, p. 333, 334).

O engenho, pela descrição de Moraes, é o centro da vida econômica da colônia; sua reprodução implicava o funcionamento de todo um sistema subsidiário, como aquisição de mão de obra, equipamentos e matérias-primas, o que gerava um fluxo de renda para outros setores da economia.

As relações de trabalho nos engenhos apontadas acima caminham ao encontro do que disse Marx (2013) sobre os trabalhadores livres na produção capitalista:

(...) trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertence o meio de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho (MARX, 2013, p. 786).

Para tanto, os *fundos territoriais*¹ foram “a ferro e fogo” progressivamente conquistados a partir do final do século XVII, de formas e em momentos diferentes devorados pelos interesses de posses e de poder; florestas e homens sucumbiram ao mesmo tempo em que as distâncias eram vencidas e as terras passavam a conhecer os seus novos “donos”. Assim, este “novo mundo”, também chamado de sertão, foi sendo (re)criado pela violência e pela força da economia colonial em expansão, onde as relações estabelecidas garantia o rentável negócio de criar e comercializar gados (LIMA, 2009).

Para a demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, a Coroa Portuguesa enviou engenheiros para as terras sul-americanas que, além de cartografar com o maior número de informações possíveis a totalidade de sua colônia, impulsionaram a expansão das estruturas administrativas no interior do continente, estimulando a aplicação de políticas demográficas para assegurar o controle dos fluxos de comunicação fluvial e terrestre.

Interessante frisar que o Tratado de Tordesilhas tentava, desde 1494, regular a partilha da soberania territorial das terras descobertas entre Portugal e Espanha, assim como anos depois o Tratado de Madri (1750)² colocou novamente as coroas ibéricas diante da questão dos limites dos seus territórios coloniais sul-americanos no momento em que já se conhecia uma boa parte das terras conquistadas, como mostra o trabalho de Jaime Cortesão (1958) intitulado *Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, nele o autor retrata os contatos entre os colonos e os indígenas e as primeiras entradas com o intuito de reconhecimento e de povoamento da colônia.

Não existia, nesse momento, uma unidade chamada Brasil. Segundo Ilmar R. de Mattos (1994) existiam esforços de identificar uma unidade nacional em gestão desde o período colonial, em movimento sincopado de imprimir o poder Português e legitimar o controle e a posse. Para confirmar isso o autor cita o exemplo do francês Harace Say, que visitou o país e dizia que o nome

¹ *Fundos Territoriais* que, segundo Antonio Carlos R. Moraes (2002, p. 88), são: “constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia”.

² Segundo a historiadora Íris Kantor (2010, p 01): “Uma questão essencial a ser enfrentada diz respeito ao impacto do processo de construção das fronteiras interimperiais, inicialmente, promovidas pelas autoridades metropolitanas ibéricas, sobretudo, a partir do Tratado de Madri (1750). Com efeito, já desde a assinatura do Tratado de Utrecht (1713 – 14), as Coroas ibéricas passaram a mobilizar recursos militares e científicos para instaurar uma nova lógica de apropriação jurídica do espaço americano”.

Brasil constituía, de forma genérica, as diferentes possessões portuguesas na América do Sul, mas que não existia, por assim dizer, uma unidade brasileira.

Para buscar essa unidade, cara ao projeto português, Marquês de Pombal³ implantou uma série de reformas. Para citar alguns exemplos, em sua administração ocorreram as mudanças nos topônimos dos aldeamentos indígenas coordenados por jesuítas, que deram lugar a topônimos portugueses⁴ houve ainda a expulsão destes missionários⁵.

Segundo Demétrio Magnoli (2003):

Tradicionalmente, a vasta operação territorial empreendida por Pombal nas colônias do Brasil é interpretada sob o prisma da reorganização administrativa. Essa abordagem, contaminada pelo mito da unidade prévia do Brasil, fracassa em desvendar os significados da extinção das antigas capitanias hereditárias e da criação de novos blocos de capitanias, diretamente vinculados à coroa e designados para promover a *apropriação e valorização territorial* (grifos nossos) (MAGNOLI, 2003, p. 288).

Portugal travou uma batalha para realizar essa *valorização territorial*, pois tratava-se de realizar uma apropriação da colônia, no sentido de tomar para si; não cabia mais apenas usurpar as matérias-primas, ou metais preciosos era preciso adaptar-se para não perder as terras sul-americanas; fazia-se necessário ocupar, fundar vilas e criar Câmaras.

Como aponta Luiz Felipe Alencastro (2000, p. 19), (...) *a presença de colonos num território não assegura a exploração econômica desse mesmo território. A dominação colonial não se apresenta forçosamente como uma decorrência da exploração colonial.*

A criação de gado e o povoamento do Ceará

Subordinado à economia de exportação açucareira, desenvolvia-se uma economia de subsistência, a princípio incipiente, de produtos agrícolas e pecuários que se destinavam ao abastecimento das vilas produtoras de cana-de-açúcar. Como disse Moraes (2002), eram atividades complementares; a atividade pecuária era um insumo fundamental para os engenhos, sendo assim, *a cada zona canavieira correspondia uma área complementar de criação de gado*, que conheceu seu período de expansão correspondente à difusão da cana-de-açúcar. O gado contribuiu para a penetração e dominação portuguesa no interior, como apontado acima na apropriação dos *fundos territoriais*.

Em trabalho sobre a ocupação do Ceará o arquiteto Clovis Ramiro Jucá (2007) relata que:

Em 30 de junho de 1698, uma provisão Régia já mandava que os pecuaristas estabelecidos desde Itapuã até o Rio Vermelho, na Bahia, levassem seus gados para o interior dentro do prazo de um mês, pois era grande o prejuízo dos lavradores por conta do gado que invadia e destruía os roçados. Em 1701, a Coroa determinou

³ Na segunda metade do século XVIII implantam-se nas colônias do Brasil as reformas direcionadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, que nasceu em 13 de Maio de 1699 em Lisboa e morreu em Pombal no ano de 1782. Oriundo de uma família da pequena nobreza, estudou Direito na Universidade de Coimbra e representou Portugal em missões diplomáticas em Londres e Viena entre os anos de 1738 e 1749. Um ano depois, em 1750, com a ascensão de D. José I ao trono foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Agora Ministro, almejava modernizar a administração pública portuguesa e ampliar os lucros provenientes da exploração colonial. Sobe ao poder em uma época de crise estrutural do sistema econômico português.

⁴ A mudança nos topônimos era uma ação de repercussão internacional usada para garantir a ocupação efetiva e garantir a posse do território perante as demais monarquias.

⁵ Verificar o trabalho de KANTOR, Íris, “Usos da memória toponímica na formação do Estado brasileiro (1750-1850)”, In: Mapas de Metade do Mundo: A cartografia e a construção territorial dos Espaços Americanos (séculos XVI a XIX), Lisboa e México, Centro de Estudo Geográficos e Instituto de Geografia, 2010.

mesmo um afastamento mínimo para o criatório de dez léguas a partir da área de plantio da cana (JUCÁ, 2007, p 03).

Corroborando essa ideia, Almir Leal de Oliveira (2007), afirma que os estudos referentes à pecuária no século XVIII balizam suas explicações a partir de sínteses gerais referenciadas em Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior. Ambos os autores apontam o processo de interiorização da pecuária como resultante da adaptação do gado ao meio físico, da proibição da Coroa portuguesa de instalações dos currais no litoral e do seu caráter subsidiário frente à lavoura canavieira e à economia mineradora⁶.

Com relação à capitania do Ceará, em artigo publicado pela *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* em 1899, Capistrano de Abreu alega que sua conquista ocorre a partir do arrefecimento dos índios e a introdução do gado pelos caminhos das boiadas. O autor, porém, não discute acerca da atividade agrícola, que atua como complicadora nas relações entre os colonos e os indígenas que foram escravizados para a utilização de sua força de trabalho e expropriados de suas terras.

A diminuição no número de indígenas na América Portuguesa ocorre pelo processo constante de lutas travadas pela posse das terras e pela implantação das atividades econômicas. A necessidade de mão de obra para a instalação dos engenhos no litoral, ou a força de trabalho no trato das fazendas, coloca o seu aprisionamento como algo lucrativo, situação que se modifica com o desenvolvimento dessas atividades a partir da substituição do braço indígena pelo escravo africano.

A única regra dessa formação econômico-social capitalista praticada na colônia era espoliar tudo que fosse possível negociar e acumular riqueza. Nas palavras de Mauricio C. dos Santos (2010, p.03), (...) *os fluxos econômicos são os meios com os quais a América Portuguesa transformou esses fundos territoriais em áreas inseridas dentro da lógica do modo de produção vigente.*

Mais como o gado chega aos sertões? Alguns pesquisadores como João Capistrano de Abreu (1998) e Manuel C. de Andrade (2004) sinalizam que a penetração nos sertões do Norte foram feitas a partir dos núcleos coloniais de Pernambuco, Bahia e São Vicente, visando a procura de novas pastagens para o gado, metais preciosos e a redução e escravização do indígena. Os caminhos que partiam da Bahia foram chamados de “sertões de dentro” e os de Pernambuco de “sertões de fora” (Figura 1).

As missões exploratórias que adentravam as áreas chamadas de sertões afetaram não apenas a distribuição demográfica da população indígena como também o seu quantitativo, as causas eram as guerras entre os diversos agentes coloniais e os índios, muitas delas incentivadas pela coroa, como estratégia para arregimentar indígenas para o trabalho, agregar novas terras as atividades mercantis e garantir o patrulhamento do território contra invasores estrangeiros. Pedro Puntoni (2002) quando retrata o processo de colonização do Rio Grande do Norte e do Ceará discute algumas dessas guerras realizando um debate sobre o episódio que ficou conhecido pela historiografia brasileira como *guerra dos bárbaros*, sobre essas disputas e as suas consequências também retratou Gilberto Freyre (1998) na obra *Casa-grande e senzala*, onde o autor nos lembra que:

Causa de muito despovoamento foram ainda as guerras de repressão ou de castigo levadas a efeito pelos portugueses contra os índios, com evidente superioridade técnica. Superioridade que os triunfadores não raras vezes ostentaram contra os vencidos, mandando amarrá-los à boca de peças de artilharia que, disparando,

⁶ No caso do Ceará outro aspecto que não estava sendo colocado na pauta, e que para a autora deste artigo lhe é muito caro, era o fato do litoral estar sendo ocupado por tribos indígenas. Quando se analisa a cartografia dos setecentos percebe-se na área onde hoje se encontra o território do Ceará (e parte do território do Rio Grande do Norte) a denominação “*Tapuyas*”, identificada na literatura da época por índios “bárbaros”, “ferozes”, o que dificultava a ocupação dessas terras. A ausência desse debate na bibliografia produzida na época e demasiadamente utilizada como fonte primária em muitas das pesquisas sobre o século VIII e XIX no Ceará podem ter sido legitimadoras de uma argumentação que equivocadamente constroem um pensamento de valorização das terras do sertão frente às do litoral.

semeavam a grande distância os membros dilacerados; ou infligindo-lhes suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América (FREYRE, 1998, p. 156-157)

As correntes – como se observa abaixo – confluíram para o Ceará. A corrente baiana chegava pelo rio Poti e alcançava o rio Jaguaribe; a pernambucana vinha pelo litoral e também encontrava o Jaguaribe, onde se registra as primeiras sesmarias com data de 23 de janeiro de 1681, como aponta o trabalho de Bezerra de Menezes (1901). Essas áreas foram sendo ocupadas pelas fazendas de gado e novos caminhos eram abertos seguindo o leito dos principais rios e riachos, locais estratégicos para o pouso das boiadas e implantação de vilas.

A produção das diversas fazendas de gado, na capitania do Ceará, eram comercializadas nas feiras de Recife, Olinda, Igaracú e Goiana; os rebanhos percorriam longos caminhos, chegando muito debilitados e vendidos abaixo do peso, o que repercutia nos preços e desmotivava os donos de fazenda. Para contornar os prejuízos, a partir da primeira metade do século XVIII observa-se as vendas do gado abatido e salgado, passando a carne seca, ou carne do Ceará, como também ficaram conhecidas, a serem amplamente consumidas no período colonial, principalmente pela mão de obra escrava dos engenhos.

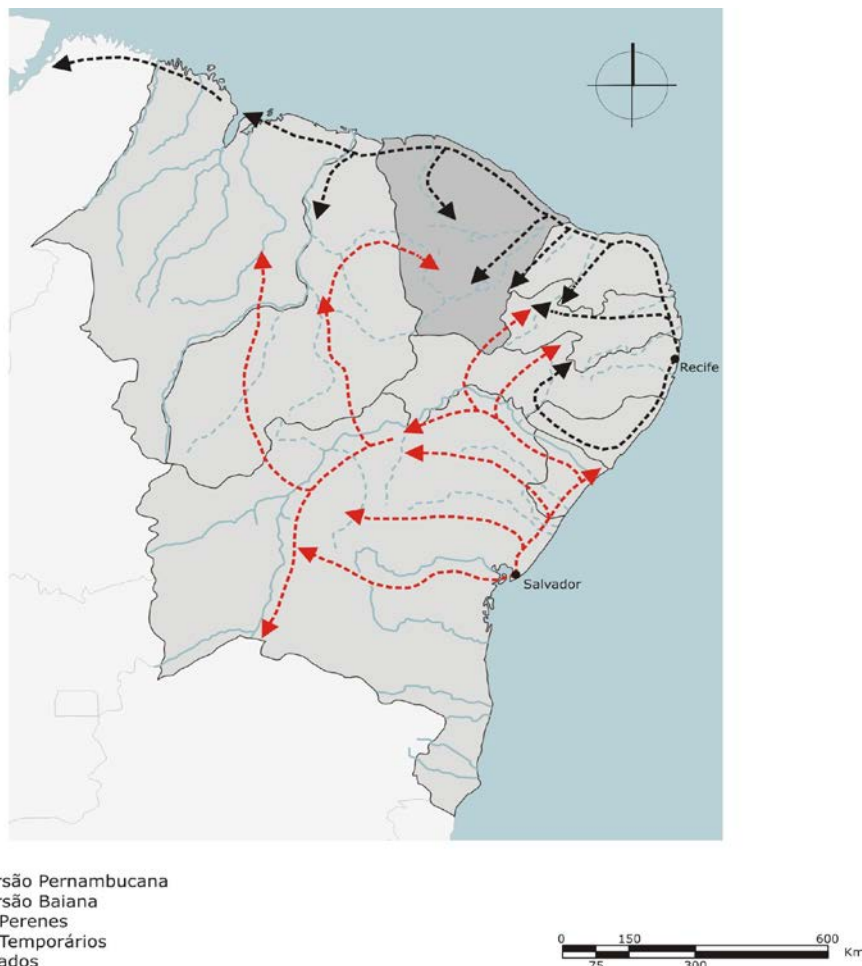


Figura 1 - A penetração no Nordeste.

Fonte: JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial. ANAIS X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

As oficinas dos charques, ou charqueadas, são explicadas como alternativa econômica para o baixo rendimento da comercialização do *boi em pé* – expressão usada por Geraldo Nobre (1977) –

, uma forma utilizada pelos proprietários das fazendas de gado para livrarem-se do *subsídio do sangue*, como expõe Raimundo Girão (1992), e, ainda, como solução prática empregada pelos fazendeiros do litoral, como aqueles da vila de Santa Cruz do Aracati, para conseguirem concorrer em melhor igualdade com os da ribeira do Icó, favorecidos pela proximidade das feiras de Pernambuco e da Paraíba.

Na segunda metade do século XVIII, as primeiras oficinas de charques instaladas no litoral de Aracati expandiram-se facilitadas pela ligação direta com o interior através do rio Jaguaribe, que auxiliava a comercialização de carne e de couro pelos portos. As embarcações, *sumacas* – barcos a vela de pequeno porte – saíam constantemente abarrotadas de produtos com destino a Pernambuco, Salvador e Rio de Janeiro. O historiador Almir Leal de Oliveira (2007) comenta:

Para a segunda metade do século XVIII aumentam significativamente os registros sobre como o charque se inseriu no mercado colonial em resposta aos interesses comerciais da praça do Recife. A partir de 1757, encontramos dados referentes à inserção do charque como produto estratégico para a manutenção do tráfico atlântico de escravos, para a manutenção de tropas, para abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2007, p.509).

Essa inserção do Charque no mercado colonial e a aquisição de capitais leva à criação de uma petição dos homens de negócios do Recife à Coroa portuguesa. Tratava-se da criação de uma Companhia Geral do Comércio de Carnes Secas e Couros do Sertão, com o intuito de incrementar a produção e posteriormente distribuí-las também para fora de Pernambuco, ou seja: expandir-se rumo aos comércios da Bahia e do Rio de Janeiro. O argumento era impedir a ruína dos comerciantes e criadores de gado e garantir o abastecimento de carne vermelha nos portos, porém o fato é que as charqueadas garantiam um processo de acumulação de capitais para a capitania do Ceará que Pernambuco tentava capturar a partir do controle do comércio.

O charque, menos perecível que a carne fresca, era facilmente transportado e bem aceito. Infelizmente sua produção enfrentou alguns problemas causados pela irregularidade das chuvas – as secas que assolaram essa região na segunda metade do século XVIII dizimaram boa parte dos rebanhos. O autor Pedro Theberge (1973) analisa:

No ano de 1792 para 1793 reinou em toda a Capitania do Ceará e suas circunvizinhas uma seca das mais rigorosas, (...) as pessoas que presenciaram esta calamidade referem que morreu grande parte do gado existente nesta Capitania, e que se sentiu grande carência de gêneros alimentícios (...) (THEBERGE, 1973, P. 200).

A produção de carne seca e de couro na Capitania do Ceará tornou complexa a trama das relações comerciais a partir da segunda metade do século XVIII, incrementando por um lado o comércio marítimo com Pernambuco, aumentando a circulação dos produtos do Ceará e inaugurando uma divisão do trabalho dentro da própria atividade criatória (JUCÁ NETO, 2007). Foi a especialização técnica do litoral, como área de produção e comercialização da carne salgada, e do sertão, como zona de produção extensiva, que, abastecia tanto as salgadeiras como as feiras pernambucanas, paraibanas e baianas.

Para Jucá Neto (2007):

(...). Inaugurando densidades funcionais e técnicas diferenciadas entre as zonas sertanejas e litorâneas, a complexidade da economia estabeleceu graus de importância diferenciados tanto para os circuitos internos da atividade comercial como para o espaço das vilas propriamente dito. Estabelecidas hierarquias diferenciadas no complexo em formação, diferenciado também foi o grau de investimento de capital e técnica na adequação da espacialidade de cada vila às necessidades emergentes das transações comerciais. O investimento passou a ser proporcional à importância e ao papel desempenhado pelo núcleo na trama dos

caminhos dos vaqueiros. Exatamente estas diferenciações no grau de investimento de técnica e capital, decorrente da importância diferenciada dos diversos locais na Capitania para a atividade comercial – ou seja, para os interesses econômicos e políticos da Metrópole – caracterizaram a heterogeneidade do espaço da Capitania (JUCÁ NETO, 2007, p 14).

Dessa maneira, os Caminhos foram abertos, distâncias diminuídas, vilas e praças fundadas em pontos estratégicos dos fluxos que se estabeleciam pela atividade pecuária. Os anos finais do século XVIII chegam com os dirigentes locais do Ceará enveredando para uma campanha junto à metrópole portuguesa – trata-se de uma tentativa de demonstrar ao Conselho Ultramarino as potencialidades e as possibilidades concretas de seu desenvolvimento econômico. Assim, remessas de caixas com amostras de produtos locais feitas pelos capitães-mores foram enviadas para Lisboa, ato que obteve frutos com a Carta Régia de 17 de fevereiro de 1799, que declarava o Ceará administrativamente autônomo de Pernambuco e abria a corrida para a demarcação precisa de seu território.

No Ceará, durante o período que corresponde ao estudo (1750-1800), realizaram-se trabalhos de demarcação de praças para a fundação das Câmaras nas vilas, criação de povoados, construção de plantas para melhoramentos de sobrados públicos. Nessa jornada os engenheiros: Diogo da Silva Veloso; Luiz Xavier Bernardo; Custódio Francisco de Azevedo; Jerônimo Mendes de Paz, Francisco Xavier Torres e Antonio José da Silva Paulet.

Disputas e resistências

Um aspecto pouco abordado pelos pesquisadores do período colonial diz respeito a resistência e contribuição dos índios ao sistema colonial. Quando enfoca-se o Ceará e o seu processo de colonização os trabalhos de pesquisa apontam para uma colonização tardia frente ao processo ocorrido em Pernambuco e Bahia que segundo Jucá Neto (2007) tem como consequência:

A expressão da reduzida importância cearense no contexto da definitiva ocupação do território brasileiro revela-se por meio da pequena inversão de técnica e capital no processo de adequação do seu espaço territorial e de suas vilas às normas urbanísticas provenientes de Lisboa. Não havia razão para maiores investimentos tecnológico na Capitania, fossem relativos à sua defesa, fossem relativos à instalação de suas vilas (JUCÁ NETO, 2007, p. 04).

Acredita-se que essas ideias de colonização tardia, pouca importância e, de entendimento dessa área como território de passagem que ligava o Maranhão as áreas açucareiras de Pernambuco e Bahia pode ser questionada quando se analisa as lutas travadas entre os indígenas e os donos de fazendas de gado.

Uma análise nos documentos do Projeto Resgate referente ao período colonial retrata dificuldades na ocupação das sesmarias pelos seus proprietários que ao chegar a estas terras se deparavam com a resistência e o confronto com os indígenas, muitos tiveram que abandonar as mesmas sem de fato tomar posse, aos proprietários que insistiam restava a sorte de percas nos rebanhos e lavouras cultivadas. Nessa guerra que durou anos, muitos indígenas foram mortos, escravizados e vendidos a Lisboa.

Esse genocídio praticado contra os indígenas os levou a migrar para outras áreas, respectivamente no Ceará que teve seu processo de povoamento segundo historiadores cearenses iniciado nos fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, como estratégia de expansão dos espaços lucrativos coloniais, em uma conjuntura de crise da economia açucareira como retratou Marilda S. da Silva (2008), em seu trabalho - *A “Reinvenção” do Ceará em fins do século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa* -, os índios migraram, em sua maioria, para a Serra da Ibiapaba.

A guerra contra os índios foi autorizada pela Coroa em defesa da segurança dos moradores do sertão e do litoral, bem como de suas propriedades. Todo o tipo de barbárie era aceita e praticada nos *sertões* que se tornou uma espécie de centro de treinamento e recrutamento de índios⁷, acarretando em mais de um século um paulatino despovoamento do território apresentado nos primeiros anos do século XVIII, fato que corrobora a afirmativa acima do processo de povoamento do Ceará entre o final do XVII e início do XVIII.

O presente trabalho pretende enveredar de forma efetiva nesse debate da resistência indígena ao processo de povoamento do Ceará, compreendendo o movimento de várias etnias que migraram do litoral pernambucano para o sertão e o litoral cearense expulsos pela lavoura canavieira, para trazer um exemplo, e aqui travaram embates não somente com os colonos mais também com outros indígenas.

O Ceará não se configura por esta abordagem como uma área sem importância, ao contrário, a Coroa estimulou a ocupação pela grande quantidade de doação de sesmarias, pela autorização da captura, escravização e genocídio indígena, pela estimulação da atividade missionária e criação de povoados e vilas.

Um outro aspecto que talvez tenha contribuído para isso trata da disputa entre a Capitania do Ceará e a de Pernambuco, tendo em vista que esta última era o núcleo administrativo responsável pela fiscalização e a manutenção da ordem. Logo Pernambuco se tornou um polo de convergência de capitais financeiros, cumprindo um papel de dominação das capitanias a ela dependentes. Tal certame passava pelo controle e ordenação dos territórios, com o objetivo claro de regulamentar boa parte do comércio interno das capitanias e de gerir a lavoura para exportação.

Aqui os personagens dessas disputas eram os proprietários de terras, donos das fazendas de gado que pleiteavam o poder através de cargos públicos e da concessão de favores entre os seus pares. No livro *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial* de Ilmar R. Mattos (1994), o autor se ocupa dessas classes senhoriais que se articulam na consolidação e construção de um Estado Imperial e nos apresenta a região de agricultura mercantil-escravista.

Pensado a partir dessa região e da acumulação primitiva de capital é que o povoamento destes *fundos territoriais*, do Ceará, avança e a necessidade de demarcação dos limites e das fronteiras internas foi se construindo no Brasil como um todo e internamente nas Províncias. A exploração comercial, a expansão colonizadora no sentido litoral ao interior (sertão) valeu-se de descrições que auxiliaram a consolidação da exploração capitalista (Moraes, 2009). O levantamento das riquezas, o conhecimento dos acidentes geográficos, a diversidade paisagística e suas culturas contribuía para seu enaltecimento, parte de um projeto para colocar o Ceará em posição de igualdade, quando não de vantagem, frente à sua rival, a capitania de Pernambuco.

É preciso frisar que a região de agricultura mercantil-escravista não deve ser compreendida pelos limites administrativos das capitanias, ao contrário, como trata Mattos (1994):

Ou dizendo de outra maneira: a região – a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social – só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos. É a partir dessa articulação, por intermédio de um jogo de identidade e oposições, que se torna possível traçar os limites da região, que muito mais do que limites meramente físicos existem enquanto limites sociais (MATTOS, 1994, p. 23-24).

O Ceará, compondo essa região, assume um papel ativo e não secundário como se pode pensar ao analisá-lo frente à lavoura açucareira com a criação de gado. Reafirma-se que alguns historiadores tentam atrelar o seu processo de ocupação tardio também pela narrativa de uma

⁷ Consultar a Dissertação de Damião Esdras Araújo Arraes com o título: *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*, defendida em 2012 na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

inadequação das terras e climas para o plantio da cana-de-açúcar, alegando um olhar desinteressado por parte dos colonizadores. Porém segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2009):

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. (...). No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes do território nacional em cada época considerada (MORAES, 2009, p. 90, 91).

Assim, a região de agricultura mercantil-escravista é entendida a partir da colonização de exploração também pela articulação desse setor de exportação (litoral) com o setor de subsistência (sertão), que se complementam e se negam. Mais do que identificar o que cada um desses setores produz ou quanto produz, trazendo uma ideia de superioridade e inferioridade um do outro, o que entra em jogo são as relações engendradas tanto na produção quanto na comercialização (MATTOS, 1994).

Em suma, o Ceará que se pretendeu retratar é aquele heterogêneo da resistência indígena, das fazendas de gado, das charqueadas, da lavoura de subsistência e dos derivados do couro (aliás, o couro na segunda metade do século XVIII representava o segundo lugar no conjunto das exportações da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, logo o volume de investimentos, de técnica e capital estava, como dito anteriormente no texto, diretamente ligado à adequação das vilas aos interesses mercantis). No litoral concentravam-se a produção e a exportação do couro e dos seus derivados, ficando o sertão com as atividades de produção da agricultura de subsistência, que atendia mais ao mercado interno, e a criação do gado.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (TOMO I).

CASTRO, José Liberal de. “Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército”, Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo CXI, 1997.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

CORTESÃO, Jaime. **Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

FEIJÓ, João da Silva Feijó. **Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 569p. 34ed. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GIRÃO, Raimundo. **A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600 – 1700)**. Fortaleza: Sudene, 1986.

_____. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos Modernistas”. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. “Primórdios da rede urbana cearense”. Fortaleza: **Revista Mercator de Geografia da UFC**, volume 08, número 16, 2009.

_____. “Desenho do Ceará”. São Paulo: **Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia**, 2010.

_____. “Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial”. **ANAIS X Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Florianópolis, 2007.

KANTOR, Íris. Usos da memória toponímica na formação do Estado brasileiro (1750-1850). In: **Mapas de Metade do Mundo: A cartografia e a construção territorial dos Espaços Americanos (séculos XVI a XIX)**. Lisboa e México: Centro de Estudo Geográficos e Instituto de Geografia, 2010.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações 1991,

LIMA, Solimar Oliveira. “Agricultura Mercantil-Escravista nas Fazendas Pastoris do Piauí: aspecto da produção para o mercado externo”. In: **Informe Econômico, Publicação do Curso de Ciências Econômicas**, UFPI, ano 10, nº 20, junho-agosto, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território”. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijuí, FAPESP, 2003.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O capital: crítica a economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Bointempo, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohlff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MENEZES, Antonio Bezerra de. “Algumas Origens do Ceará”. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo XV, 1901.

MENEZES, Diatahy Bezerra de (org.). **O pensamento brasileiro de clássicos cearenses**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**, São Paulo: Hucitec, 2000.

Oliveira, Almir Leal de. “As carnes do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII”. In: **Anais da VII Jornada Setecentista**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

POVOA NETO, Helion. “História e cartografia: notas pêra uma leitura desconfiada da representação cartográfica e seu território”. In **Ler e escrever para contar: documentação historiográfica e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Acecess, 1998.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:povos indígenas e a colonização do sertão no Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP; FAPESP, 2002. 323p. (Estudos Históricos; 44).

RODRIGUES, Antonio E. Martins. “A Cidade na história”. In MATTOS, ILMAR R. de. **Ler e escrever para contar: documentação historiográfica e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Acecess, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Mauricio Caetano dos. “Cartografia e Geografia Histórica; um olhar sobre a economia e a ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil”. São Paulo: **Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia**, 2010.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sobre o diretório Pombalino**, 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

SILVA, Marilda S. da. **A”Reinvenção” do Ceará em fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa**. Revista de Humanidades UFRN. Caicó (RN), Volume 9, nº 24, set/out. 2008.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Senador Pompeu: Um Geógrafo do Poder no Império do Brasil**. São Paulo, 1997. (Dissertação de Mestrado).

SOUSA, Salete Maria de. “Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades”. In: **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SOUZA, Simone (org). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.

_____. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a história do Ceará**, Fortaleza: Tipografia Studart, 1896. Vol. 2.

_____. “Geografia do Ceará”. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVII. Fortaleza: Typ Minerva, 1923.

THEBERGE, Pedro. **Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará**. Fortaleza: Editora Henrique Galeano, 1973.